

Ajustamento criativo em moradores de rua: Um estudo de caso na cidade do Salvador-BA

Maria Kalil Novaes dos Santos

Priscila de Lima Silva

DOI: 10.47573/aya.5379.2.55.12

RESUMO

O presente estudo compreende a história de uma ex-moradora de rua, uma mulher de 49 anos, que hoje é uma das lideranças do Movimento Nacional População de Rua. Através desse estudo de caso, e da vivência com alguns moradores de rua, iremos analisar os diferentes sentidos que emergem da vivência de morar na rua. Os dados foram colhidos através de uma entrevista semi-aberta, e da observação participante, embasados e analisados pelo método fenomenológico de pesquisa. O ajustamento criativo, conceito da Gestalt-terapia, é um dos temas e objetivo principais desse estudo, visando refletir sobre como a pessoa em situação de rua se ajusta ao meio, criativamente. Este trabalho objetiva também compreender como se dão as relações interpessoais entre os moradores de rua, e com os não-moradores. Chegou-se a conclusão que os ajustamentos criativos realizados por essas pessoas são constantes e diários, a convivência em grupo favorece essas adaptações para sobreviver e transformar o meio, porém o preconceito e violência contra essas pessoas são fortes e afetam suas vidas negativamente, além do mais esta é uma questão muito profunda, que precisa ser debatida de modo mais aberto pela sociedade.

Palavras-chave: moradores de rua. ajustamento criativo. relações interpessoais.

ABSTRACT

The present study includes the story of a former resident of the street, a woman of 49 years, which today is one of the leaders of the national movement of street Population. Through this case study, and experience with some homeless, we will examine the different directions that emerge from the experience of living on the street. The data were collected through semi-open interviews, and participant observation, validated and analyzed by phenomenological method of research. The creative adjustment, concept of Gestalt Therapy, is one of the main objective of that study subjects and to reflect on how the street person fits in half, creatively. This work aims to also understand how do interpersonal relationships among the homeless, and with non-residents. We have come to the conclusion that the creative adjustments made by these people are constant and diaries, the Group favors co- existence these adaptations to survive and become the medium, but the prejudice and violence against these people are strong and negatively affect their lives, besides this is a very deep question that needs to be discussed in a more open society.

Keywords: homeless. creative adjustment. interpersonal relationships.

INTRODUÇÃO

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010), a população de Salvador é composta por 14.016.906 habitantes, estimando para 2013 o número de 15.044.137. Dentre esta população, cerca de 3.200 habitantes moram na rua, segundo a Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza (Semps), citada pela Tribuna da Bahia, no ano de 2013.

Vale ressaltar que pessoas em situação de rua são caracterizadas pela permanência ou temporalidade em lugares públicos (praças, jardins, viadutos, etc.), fazendo destes espaços suas moradias e sustentos. Trata-se de um grupo populacional heterogêneo, que vive em extrema pobreza e em situação de risco. (MATTOS e FERREIRA, 2004)

Diante dessa realidade social, surgiu a inquietude em entender como vivem as pessoas em situação de rua; porque estão ali jogadas ao relento, como se sentem e o que fazem para sobreviver neste contexto. Também é de grande relevância refletir criticamente enquanto um grave problema social a maneira como o resto da população estigmatiza essas pessoas, e a forma subumana em que vivem.

Perante o grande número de moradores de rua, e da realidade vista em todos os cantos da cidade de Salvador, é inevitável não destacar a relevância social deste tema. A desigualdade e a invisibilidade social dessas pessoas evidenciam não apenas o problema do sistema capitalista, de forma geral, mas os desdobramentos que isso traz às relações interpessoais, que se tornam cada dia mais desumanas. Segundo Valencio, Pavan, Siena e Marchezini (2008, p. 558):

As lutas pela reconstrução dos sentidos de si no mundo são cotidianas e permanente objeto de angústia. O contexto socioambiental de vivência do grupo, no geral, recrimina-o, culpabilizando-o por sua destituição e tudo faz para que sua presença na cena seja efêmera.

O comentário de Valencio *et al.* (2008), destacado acima, evidencia o quanto o morar na rua torna-se um problema social, não apenas pela própria situação de rua, mas principalmente pela visão estigmatizada que a maioria da população tem sobre esses indivíduos, que muitas vezes são vistos como animais ou coisas, e muitas vezes se tornam invisíveis. Independentemente dos motivos que levaram uma pessoa a tomar a decisão de morar nas ruas, ou sendo essa a única possibilidade existente em dado momento, ali estão seres humanos, com histórias, pensamentos e sentimentos que precisam ser levados em consideração.

O conceito de ajustamento criativo, proposto pela Gestalt-terapia, tem associação direta com as pessoas que vivem a situação de rua, pois a concepção de homem desta abordagem afirma a capacidade humana de transcender o contexto dado, questionando determinismos e destacando o potencial criativo humano para se autorregular frente às diversas situações sociais e interpessoais.

Para compreendermos melhor esse conceito D’Acri, Lima e Ogle (2012, p. 21) afirmam que “o papel ativo do indivíduo se torna fundamental e urgente, já que, ante a enorme variedade do ambiente e as próprias mudanças a que ele mesmo está sujeito, nenhum ajustamento seria possível somente por meio da autorregulação herdada e conservativa.”

Esta pesquisa contribuirá de forma significativa para realização de possíveis intervenções sociais e psicológicas com esta parcela da população. Com o maior conhecimento deste grupo será possível mapear melhor quais as questões essenciais presentes nesta situação, podendo, inclusive, embasar futuras pesquisas e trabalhos de prevenção desta questão social.

Diante da inquietação, incômodo e busca de respostas sobre como as pessoas sobrevivem neste contexto, encontramos o site do Movimento População de Rua: informando que existe este movimento em 11 estados do Brasil, inclusive em Salvador, com o intuito de organizar esta parcela da população e instrumentalizar essas pessoas para lutarem por seus direitos.

O movimento nasceu em 2004, após uma chacina que aconteceu em São Paulo, mas aos poucos vem se espalhando por todo o Brasil. Este ato de violência contra as pessoas que habitam as ruas despertou uma revolta em alguns moradores e ex-moradores de rua, e o desejo

de se organizarem e lutarem pelos seus direitos. (Informação verbal)¹

O Movimento População de Rua chegou a Salvador em 2010. Trata-se de um movimento político e apartidário, onde trabalham pessoas que estão ou já estiveram na rua em algum momento de suas vidas. O objetivo não é assistencialista, mas de capacitação das pessoas em situação de rua, no sentido político e de trabalho, ou seja, instrumentalizá-las para buscarem seus direitos e entenderem seus deveres. (Informação verbal)²

O conceito da Gestalt-terapia de ajustamento criativo fundamenta o problema que embasa essa pesquisa; Que possibilidades de sentidos emergem da compreensão do morar na rua enquanto ajustamento criativo? Quais atualizações destes ajustamentos este contexto demanda? Portanto este trabalho tem como objetivo principal compreender e descrever como se dá o ajustamento criativo de morar na rua e que novos ajustamentos são realizados nesse contexto, para tanto será necessário também buscar entender como esses sujeitos vivenciam a situação de morador de rua, investigar como se dão as relações interpessoais entre os moradores, compreender como essas pessoas vivenciam a interação social com o não morador de rua e descrever que recursos são criados por estas pessoas para possibilitar uma adaptação à situação de rua.

DIREITOS HUMANOS E CONCEPÇÃO DE HOMEM PARA A GESTALT-TERAPIA

Segundo o art. 1º da Declaração de Direitos Humanos (1948) “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” Fica explícito nesse artigo que perante a lei dos homens, não há diferença legal entre eles, e todos, independentemente de raça, sexo ou religião devem ter sua liberdade e dignidade respeitadas.

Muito correlacionada com a Declaração Universal de Direitos Humanos, está a visão de homem da Gestalt-terapia baseada no Humanismo. A concepção de homem neste caso é uma visão holística, ou seja, é uma “visão integral e não fragmentada do homem e da realidade que nos cerca.” (AGUIAR, 2013, p. 88) O humanismo considera o homem na sua totalidade, embora toda totalidade seja composta por partes e também seja parte de uma totalidade maior. O homem é um todo, e não apenas a soma de suas partes, e também faz parte de um todo maior, a sociedade por exemplo.

Enquanto parte de uma totalidade social, deve-se considerar a relação entre os seres humanos. Nesse aspecto a Declaração dos Direitos Humanos (DDH) é um documento que surge na tentativa de alertar os homens sobre o respeito uns com os outros, diante de tantas guerras e conflitos que a população humana sempre viveu, e continua vivendo. Perante este decreto a vida tem valor inigualável, e qualquer vida humana deve ser respeitada e preservada. Mas, nem sempre isso acontece. Como afirma Alves (2011, p. 4):

¹Informações dadas pela coordenadora do Movimento nacional População de rua em conversa informal
²Informações dadas pela coordenadora do Movimento nacional População de rua em conversa informal

Um das contradições evidentes de nossa época consiste no vigor com que os direitos humanos entraram no discurso contemporâneo como contrapartida natural da globalização, enquanto a realidade se revela tão diferente. Não é necessário ser “de esquerda” para observar o quanto as tendências econômicas e as inovações tecnológicas têm custado em matéria de instabilidade, desemprego e exclusão social.

Desse modo, podemos pensar que embora a lei exista e vise alcançar a todos, garantindo seus direitos, não há uma fiscalização ativa para o cumprimento da mesma, assim como faltam políticas públicas que se alicercem nesta declaração a tornando algo prático, e não apenas teórico. Sendo assim a violação da Declaração é responsabilidade da população e também do Estado, ou seja, de toda a sociedade.

Logo, vivemos uma discrepância enorme entre os artigos inclusivos e abrangentes da DDH e a realidade vivida no mundo como um todo. Atualmente, o respeito e a fé no humano são conceitos que vem perdendo seus devidos valores. Vivemos num momento capitalista e individualista muito forte, onde ter é mais importante do que ser, e o “eu” se sobressai ao “nós”. As coisas estão ganhando vida, e as pessoas estão virando “coisas”.

Tudo isso fica claro se tivermos um olhar crítico ao que está acontecendo ao nosso redor. Certamente estamos falando de um todo generalizado, fatos que acontecem todos os dias, e são vivenciados direta ou indiretamente por todos nós. A desmedida valorização do mundo virtual, e os crimes e escândalos que nele acontece. Homofobia, pedofilia, assassinatos entre famílias, seja por dinheiro, religião, esporte ou diferença social. As pessoas matam umas as outras, não por defesa ou sobrevivência, mas, acredito que, pela “coisificação” do homem.

O homem visto como “coisa” é o homem visto como incapaz de transformação, reduzido ao meio em que vive, tendo sua vida desvalorizada e objetivada. Não se tenta reduzir os fatos e explicá-los apenas de uma maneira unilateral, mas trazer a reflexão de que a visão de homem que os próprios homens têm de si e dos outros pode ser um forte fator de influencia nas atrocidades que acontecem na contemporaneidade, que ferem gravemente a DDH .

Podemos relacionar essa visão de homem “coisificado” com a atitude Eu-isto, que é um contraponto a atitude Eu-tu onde a relação é sujeito-sujeito, ambas discutidas a partir da concepção dialógica que fundamenta a Gestalt-terapia. Segundo Yontef (1993, tradução de Stern, p. 242) “no Eu-Isto existe um relacionar-se, mas com o outro sendo objeto de manipulação. O outro não está sendo abordado diretamente como pessoa.” Ou seja, neste de tipo de atitude de relação o outro não é tratado e visto como humano, com suas potencialidades e ação, mas sim como objeto, sendo assim, não há possibilidades de trocas e de fluência no contato.

Porém, faz-se necessário esclarecer que a atitude Eu-isto é uma atitude importante e necessária em alguns momentos. É relevante que certas vezes olhemos o outro como “objeto”, para analisarmos e pensarmos sobre, como em pesquisas, por exemplo. Essa atitude, contudo, não pode ser única nem mais importante para basear as relações, como no olhar de coisificação, onde o outro é sempre visto e tratado como objeto. O mais saudável é que possamos transitar entre essas duas atitudes, sabendo o momento mais adequado de utilizá-las.

Os artigos 17º e 25º da lei de Direitos Humanos dizem respeito ao direito universal de todo homem à propriedade e necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, vestuário, alojamento e saúde, além de outras garantias sociais. Contudo, tendo como enfoque uma realidade brasileira, na maioria das vezes essa lei é violada, não só pelo Estado, mas pelos

próprios homens, uns com os outros. Não é a toa que, além de muitas outras questões sociais, existem milhões de brasileiros morando nas ruas, sem possuírem as mínimas necessidades respeitadas.

Embora seja um direito de escolha, inerente a liberdade do homem, morar na rua implica em inúmeras outras questões que impedem esses sujeitos de serem dignos, ou seja, de possuírem o que lhe é básico para sobrevivência, sendo excluídos do acesso a um social que também lhes pertence, e excluídos dos seus direitos enquanto cidadãos; educação, saúde, moradia, alimentação, lazer e trabalho, por exemplo.

Acreditamos que essas pessoas também vivenciem a “coisificação” do olhar do outro, pois passam por inúmeras discriminações. Segundo Mattos e Ferreira (2004) grande parte da sociedade tem medo daqueles que habitam as ruas, pois as consideram pessoas perigosas, ou muitas vezes há a representação social de que são vagabundas, por não quererem trabalhar, são tratadas com hostilidade, constrangimento e muitas vezes com indiferença.

Existe um grande estigma das pessoas que, por algum motivo, fazem na rua sua moradia. A representação social dessas pessoas é extremamente negativa, há uma responsabilização perversa pelas suas condições adversas, sem que haja um entendimento maior do significado desta situação para os próprios moradores.

Segundo Aguiar (2013, p. 28) “perceber o ser humano como uma totalidade significa compreendê-lo para além de suas características isoladas, articulando-as não só a outras características do seu ser total, como também à totalidade do contexto mais amplo do qual ela faz parte.” A partir dessa perspectiva, o indivíduo que mora na rua não é visto apenas como o morador de rua, e nem a rua é o único todo que o compõe. Vivem neste contexto, como em qualquer outro, pessoas com características únicas e histórias de vida singulares, que as tornam uma totalidade diferente de quaisquer outra.

AUTORREGULAÇÃO ORGANÍSMICA E AJUSTAMENTO CRIATIVO

Para Delacroix (2008, *apud* Cardella, 2014, p. 110) a antropologia da gestalt-terapia é uma antropologia da esperança:

O homem capaz de ir além do trágico, das rupturas, da perambulação e da errância; capaz de integração, de reunificação, de criação de um centro dinâmico, de renascimento, de transformação, de crescimento, sustentando-se na precariedade, na instabilidade e na incompletude, enfim, na condição humana.

Trata-se de uma concepção de fé no potencial humano. Fé na relação, no contato, nas possibilidades, na mudança, na criatividade, no aqui e agora, na consciência. A partir dessa concepção surge um conceito importante na gestalt-terapia que é o conceito de ajustamento criativo, criado por Fritz Perls.

Para compreendermos melhor o ajustamento criativo é importante que conheçamos também sobre a auto-regulação organísmica. O conceito de auto-regulação organísmica foi desenvolvido pelo médico Kurt Goldstein, por volta de 1934. Goldstein trouxe uma visão holística e sistêmica do cérebro humano. Para ele, o cérebro funcionava como um todo, e tinha capacidade de se reorganizar diante da falha de alguma de suas funções. Todas as áreas cerebrais estariam

ligadas entre si. (LUCCA, 2012)

Desse modo a Gestalt-terapia aproveitou deste conceito de auto-regulação organísmica para confirmar a visão de ser humano na sua totalidade. Onde todas as partes do organismo humano estão sempre interligadas, assim como também está em constante relação com o meio, em um sistema de trocas, para se autoregular. (LUCCA, 2012)

Sendo assim, a nossa percepção está sempre voltada para a satisfação das necessidades do organismo, trazendo o que é mais importante como figura, deixando todo o resto de fundo, buscando a satisfação, o equilíbrio (homeostase), e assim alterando o que é figura e o que é fundo. Segundo Goldstein *apud* Lima (2014, p. 88) “essa tendência a atualizar sua natureza e a si mesmo é o impulso básico, o único impulso pelo qual a vida do organismo é determinada”.

É relevante esclarecer o conceito de auto-regulação organísmica para que possamos diferenciá-la do ajustamento criativo. Embora os dois conceitos tenham proximidades, quando falamos em ajustamento criativo, a ênfase está no potencial humano em transformar e modificar o meio para se adaptar a este. Não apenas como função organísmica de auto-regular-se, mas como capacidade humana de ativamente, e de modo singular, alterar o contexto, diante de adversidades, para que possa vivenciá-lo da melhor maneira possível em dado momento.

Segundo Cardella (2014) os versos de Juan Jimenez (2002) revelam similarmente a essência do ajustamento criativo: “Raízes e asas. Mas que as asas enraízem e que as raízes voem.” Assim como as raízes e as asas se complementam e se retroalimentam, é também o ajustamento criativo. “Uma criatividade que ajusta e um ajustamento que cria, polaridades que se inter-relacionam e compõem a totalidade.” (CARDELLA, 2014, p. 111)

Perls (1997, p 211) retrata bem essa questão quando diz:

Podemos considerar a criatividade do self e o ajustamento organismo/ambiente como polos: um não pode existir sem o outro. (...) nenhum ajustamento seria possível somente por meio da auto-regulação herdada e conservativa; o contato tem de ser uma transformação criativa.

Não se trata simplesmente de ajustar-se ao meio, e nem apenas de usar a criatividade. Mas de inovar para adaptar-se, modificar para sobreviver, criar para melhor viver. Morar na rua, por exemplo, independente da história de vida de cada um, e dos fatores que levam as pessoas a fazerem essa escolha, é um ajustamento criativo, a partir do momento que é uma adaptação consciente que foi feita diante às adversidades de vida de cada indivíduo.

Segundo Perls (1997) “a psicologia é o estudo dos ajustamentos criativos”. O autor nos ensina que todo o contato entre organismo/ambiente é ajustamento criativo, pois é na fronteira que o organismo com suas rotinas e conservações busca o novo para assimilá-lo objetivando o crescimento. Para o Perls é nessa relação de mudança e transição que a Psicologia deve se debruçar e não em “engolir um estereótipo.”

Para Cardella (2014, p. 113) “ajustar-se criativamente implica imprimir sua marca nos acontecimentos da vida, ‘pessoalizando-a’, tornando-a própria, atualizando as potencialidades singulares, presentificando-as na interação com o mundo.” O indivíduo, enquanto pessoa, não vive isolado do campo, dos acontecimentos da vida, desse modo podemos entender que, em constante relação com o campo, nas fronteiras de contato, o sujeito sofre fortes influências deste, não deixando assim porém, de também modificar o campo, participando ativamente, criando

algo novo. Ou seja, trata-se de uma relação dialética entre organismo-ambiente.

Esse modo ativo de ver o homem, como agente da sua própria história e capaz de transformação deve-se também ao conceito de liberdade descrito pelo existencialismo. A liberdade do senso comum é uma liberdade conquistada, uma liberdade condicionada, diferentemente da liberdade existencial, que baseia a visão de homem aqui considerada.

Trata-se de uma liberdade de ser, liberdade como essência. Segundo RILKE (2007, p. 16) “a existência precede e comanda a essência, e todo empenho em demarcar a liberdade torna-se contraditório, pois a liberdade se explica como fundamento de todas as essências.” Ou seja, todo homem é livre para escolher, mesmo que sua escolha seja a não escolha.

Por isso que quando tratamos da situação de morar na rua, tratamos como uma decisão, uma escolha e um ajustamento criativo, pois o homem é essencialmente livre pra reger sua vida, mesmo que isso não seja visto claramente por ele. Em determinadas circunstâncias, podemos visualizar uma única opção, mas, ainda assim, é uma escolha seguir por este caminho. Isso não significa que seja algo fácil ou positivo, e muito menos sempre consciente.

Desse mesmo modo, quando pensamos na estigmatização e no olhar de “coisificação” ofertado pelo não morador de rua, estamos assim também falando de um ato de liberdade. Até a indiferença que muitos dão às pessoas em situação de rua, justificando não poder fazer nada por estas, é uma escolha. Escolha esta que, não tem sustentação se partirmos do pressuposto que toda ação, por menor que seja, modifica o mundo. Por sermos partes desse todo maior, tudo o que fazemos, modifica-o, mesmo que seja minimante.

METODOLOGIA

Método

O método escolhido para nortear essa pesquisa foi o estudo de caso com enfoque fenomenológico. Segundo Ventura (2007, p. 384) com o estudo de caso enquanto procedimento “se supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso.”

Por tratar-se de um estudo qualitativo torna-se essencial escutar o sujeito pesquisado respeitando a sua fala e subjetividade, considerando a dimensão intersubjetiva na compreensão do discurso. Embora seja indispensável que haja algum nível de interpretação, buscou-se ao longo desse projeto ser o mais coerente possível com o que foi dito e com tudo que foi visto, lido e vivenciado, buscando sempre fazer a redução fenomenológica.

O método fenomenológico de pesquisa busca chegar à essência do próprio conhecimento e isso é possibilitado a partir da redução fenomenológica. Forghieri (1993, p. 59) atesta que:

A redução fenomenológica consiste em retornar ao mundo da vida, tal qual aparece antes de qualquer alteração produzida por sistemas filosóficos, teorias científicas ou preconceitos do sujeito; retornar a experiência vivida e sobre ela fazer uma profunda reflexão que permita chegar à essência do conhecimento, ou ao modo como este se constitui no próprio existir humano.

Com base nesse conceito procurou-se realizar a entrevista e as vivências, assim como

suas devidas descrições e interpretações. Tentando sempre fazer um retorno as coisas mesmas, ou seja, suspender conceitos e valores prévios, sem descartá-los, sempre pendulando entre a atitude eu-tu e a atitude eu-isso, relacionando-se com os sujeitos pesquisados da maneira mais autêntica possível, os vendo enquanto pessoas, e buscando sempre trazer a consciência os sentimentos emergentes desta relação e também os analisando enquanto objetos de pesquisa.

Como sugere Forghieri (1993, p. 58) “as situações que alguém vivencia não possuem, apenas, um significado em si mesmas, mas adquirem um sentido para quem as experimenta, que se encontra relacionado à sua própria maneira de existir.”

A vivência humana só pode ser descoberta através do encontro com o outro. Só a própria pessoa pode saber e falar sobre sua experiência de vida. A mera observação de comportamentos não descreve necessariamente o que se passa na vivência de cada indivíduo, sendo assim, seria inferência, falar de algo que foi apenas observado, visto pelo lado de fora.

Sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada com uma ex-moradora de rua, que se fez contato a partir da descoberta do Movimento População de rua. Devido às questões éticas de sigilo e privacidade, esta será aqui denominada de M. L., uma mulher de 49 anos, que morou durante 16 anos nas ruas e que conseguiu fazer essa mudança no seu modo de viver, certamente tem uma grandiosa história para enriquecer essa pesquisa.

Para aumentar a fidedignidade deste trabalho houve também uma vivência e observação participante, com alguns moradores de uma praça de Salvador, de ambos os gêneros e acima de 18 anos de idade.

Instrumentos de coleta

Para conhecer melhor o campo de pesquisa e os objetos de estudo o diário de campo, feito a partir da observação participante e vivência, foi o primeiro instrumento a ser utilizado. O encontro aconteceu um almoço realizado por um grupo de um movimento cristão de Salvador, para os moradores de rua de uma praça e arredores, onde se interagiu com alguns moradores, conhecendo um pouco algumas histórias de vida. Essa vivência foi descrita em um diário de campo.

Também se utilizou a entrevista semiestruturada com a ex-moradora definida como sujeito do estudo de caso. A entrevista foi realizada com base em um questionário (ver em apêndice), que norteou o diálogo, visando que fossem abordados todos os itens importantes para que se alcance o objetivo da pesquisa. Porém, como toda entrevista semiestruturada e de todo método fenomenológico, o entrevistado teve plena liberdade para falar livremente.

Embora tenha havido algumas questões que foram direcionadas na entrevista realizada, M. L. teve total abertura para tentar entrar em contato com suas lembranças e tornar suas memórias o mais vivas possível.

Análise de dados

Os dados serão analisados de modo qualitativo, também a partir do método fenomenológico, na busca pela compreensão de como essas pessoas vivenciam a situação de rua, e as possíveis características e diferenças entre os dados obtidos a partir das observações participativas e entrevista. Além da relação entre a teoria escolhida como fundamentação teórica e a prática pesquisada.

O depoimento da pesquisa é trazido para esse estudo de modo mais fidedigno possível, fazendo assim, uma descrição de tudo que foi escutado, embasando essa descrição na própria fala da participante, que trazemos alguns recortes para este trabalho. Definiu-se alguns temas para sintetizar a pesquisa e dar um maior norte ao leitor, temas esses que foram estabelecidos a partir das repetições da sua fala e pontos que suscitaram-se mais relevantes no momento da entrevista, pelo seu tom de voz e ênfase dada.

Diante de um método fenomenológico de pesquisa e dos próprios referenciais que a embasam, é importante deixar claro que esse estudo trata-se de apenas um olhar sobre o tema, baseado em uma vivência. Por isso não se pretende de nenhum modo fazer uma generalização sobre essa realidade, mas ampliar o número de pesquisas sobre tal, trazendo um novo recorte, focado no sujeito pesquisado, dando um pouco de voz ao morador de rua.

RELATOS DE VIVÊNCIAS: MORAR NA RUA POR QUEM MORA NA RUA

Na entrevista realizada com M. L., mulher que vivenciou durante 16 anos a situação de rua, destacamos alguns temas, sendo esses mais repetidos em sua fala, para que possamos compreender melhor sua vivência. Entre eles estão a institucionalização, a rua acolhedora, a violência, agrupamento e liderança.

Diante da sua situação de vida, sem família, e sem rumo aos 15 anos, M. L. tornou-se membro do juizado de menores. A institucionalização, presente na sua fala, como exemplo do próprio juizado e de albergues, foi destacada como algo muito negativo, retrato de violência, maus tratos, abandono e negligência. E foi a partir dessa situação que chegou até à situação de rua, como uma saída ao que vivia nessas instituições. Referindo-se ao juizado de menores, M.L. diz:

“Não tinha muita coisa pra você fazer. Então a violência institucional foi muito grande, tanto que eu preferi ir pra situação de rua. Então a rua pra mim, me acolheu muito melhor do que essa instituição que deveria justamente cuidar de mim né? Já que eu era uma adolescente.”

Quanto aos albergues, onde também teve vivências, ela destaca:

“O albergue que tinha, que antigamente era aqui na baixa do sapateiro. Mil vezes na rua do que lá dentro. A própria comida que as pessoas levavam pra dentro do albergue, porque a alimentação de lá era toda feita por doações de entidades. A própria comida era uma comida mal feita, uma comida sem um pingão de gosto, de qualquer jeito. Tinha um mingau que a gente virava assim de cabeça pra baixo, o mingau não caía né? Era uma papa. Aquela sopa rala. Então, tudo feito de qualquer jeito como se a gente fosse animal. E eles achavam que a gente deveria ser grato né? Ter uma gratidão muito grande de uma coisa que não foram feitas com amor.”

Podemos perceber que instituições que se propõe a proteger e abrigar quem necessita, terminam não cumprindo seus papéis. Não se sabe o que faz essa realidade ser tão cruel, contudo cabe o questionamento. Tanto no juizado, onde é responsabilidade do Estado o cuidado e proteção de crianças e adolescente que não possuem a mínima capacidade de defesa, tanto nos abrigos que se colocam para dar lugar e certo conforto a pessoas que não tem onde morar. Existe uma enorme discrepância entre suas propostas e suas práticas, de acordo com as descrições da participante.

Para a entrevistada a rua foi uma situação mais acolhedora. A rua, na maioria das vezes, é descrita como a melhor escolha a se fazer, a melhor “saída” que se tem, de fato, um ajustamento criativo. Mesmo que não se perceba isso como uma decisão, e sim como consequência, ou como falta de opções, a rua aparece como um alívio ao sofrimento maior, como a paz, o acolhimento, ou seja, o melhor lugar de se funcionar diante das adversidades da vida. É o que exemplifica a fala de M. L.:

“Primeiro que a gente não decide morar na rua. A rua na realidade é consequência de várias coisas [...], mas a rua pra mim foi muito mais acolhedora. Foi a família que realmente eu precisava.”

A violência é outro tema importante que surgiu na entrevista. Não apenas a violência institucional, mas a violência presente nas ruas. Segundo, M. L., esse violência era muito maior do grupo de não moradores para com os moradores, do que entre eles. E essa violência vem acompanhada do preconceito, para a entrevistada. Quando perguntada sobre as maiores dificuldades em morar na rua, M. L. responde imediatamente:

“O Preconceito. O preconceito da sociedade. A violência. Não a violência da rua em si, mas a violência das pessoas que se diziam normais, que se diziam pessoas de bem. Por exemplo, dia de jogo do Bahia mesmo, no BAVI, era muito violento pra gente porque aquelas pessoas ricas, aqueles filhinhos de papais, como a gente chamava, jogavam urina na gente, espancava. Era o dia que a gente mais procurava se esconder né? Porque a gente tinha muito medo disso.”

Contudo, existia também uma reação a toda essa ação de violência. A agressividade era usada como defesa pelos moradores que faziam parte do grupo de M. L. Ela relata:

“Mandava tudo pro inferno, sabe? A gente não comia reggae. A gente, a população em situação de rua, ela tem uma sensibilidade muito grande no olhar do outro. A gente percebe. Então, a gente tinha uma agressividade muito grande.”

Pegando a fala citada acima, onde M. L. responde sempre usando o sujeito “a gente”, entramos em outra categoria muito importante, que se destacou no seu depoimento em forma de repetição, que foi o grupo. Em toda a entrevista, esse termo ficou muito presente nas respostas da entrevistada. Ela relatou o quanto foi transformador para si a convivência com as pessoas que conheceu na rua. Descrevendo-as como sendo sua família, sua vida, seu destino e sua missão.

Existe um sentimento de gratidão muito forte pelas pessoas que a acolheram na situação de rua, e que se tornaram sua família. Nas ruas, M. L. aprendeu a ser humana e se tornou a guerreira que é hoje. E, acredita que, por isso, mesmo não estando mais na situação de rua, faz questão de tornar esse tema parte da sua vida, lutando diariamente para ajudar essas pessoas, através do Movimento População de Rua.

Esse agrupamento foi muito funcional para estabelecer regras de sobrevivência e favorecer diversos ajustamentos criativos. Embora já tenhamos citado alguns ajustamentos, como a própria situação de rua, e agressividade, por exemplo, no momento da entrevista destacaram-se várias situações em que foi necessário usar a criatividade para ajustarem-se as adversidades e inconstâncias da rua: vestir-se de modo masculinizado para evitar despertar o desejo dos homens; esconder os bens, fazer rodízio na hora de dormir para uns protegerem os outros; conseguir alimentação em lixos de restaurantes; organizarem-se para procurar um amigo perdido. Sobre este último ajustamento M.L diz:

“[...] certa feita que um dos nossos, ele terminou tento surto psicótico. E ele sumiu. Então a gente fez uma força tarefa muito grande pra poder encontra-lo [...] Então, uma turma foi pro comercio, outra turma foi pro campo grande, outra turma foi pra lapinha. A gente se dividiu literalmente, a busca por ele durou uma semana.

Atualmente, M. L. é uma liderança de bastante influência no Movimento População de rua, e ela descreve que mesmo nas ruas sempre teve forte traços de liderança. Mesmo antes de adquirir todos os seus conhecimentos políticos, que a possibilita hoje dialogar com o Estado em busca dos direitos do morador de rua, M. L. se destacava entre os moradores por já ser uma liderança entre eles. Ela conta que quando a Pastoral da população de rua resolveu fazer a primeira marcha em prol dessas pessoas, buscaram em vários estados, moradores que ajudassem nessa organização. Como exemplifica a seguinte fala:

“Ai quando a pastoral veio aqui, procurando identificar uma pessoa que fosse referência, que fosse da população de rua, que fosse referência, que fosse uma liderança, mesmo que não fosse capacitada politicamente, ai eles me identificaram. Ai me chamaram, fizeram a proposta pra ajudar a organizar esse primeiro encontro, essa primeira marcha. Ai fizeram a eleição, o pessoal me escolheu, me elegeru.”

Podemos relacionar a sua característica de liderança um diferencial na sua personalidade que a destacou, naquele momento, diante os seus companheiros de rua. Aí entra o valor da subjetividade e do olhar do outro. M. L. sempre teve uma personalidade muito forte e um perfil de líder, e mesmo bebendo, ela sempre foi reconhecida dessa forma pelos moradores, e também pelos não moradores que conheceu e fez amizade, como uma psicóloga do Conselho Regional de Psicologia que foi essencial no seu processo de saída das ruas.

M.L. também se ajustava criativamente através do álcool que, de certo modo, lhe fazia esquecer um pouco da realidade que vivenciava. Como ela mesma relata que essa droga servia como um método de fuga:

“De não ver o que acontecia [...] De manhã, quando eu acordo, meu dia já está todo tomado. Eu sei o que é que eu vou fazer durante o meu dia. Quando a gente tá na rua não. A gente não sabe pra onde a gente vai de noite, a gente não sabe o que é que vai fazer no dia seguinte. O dia é muito longo. Muito longo. As noite são muito longas, muito frias.”

A bebida também lhe trouxe muitos problemas. Quando perguntada sobre o maior arrependimento que teve nas ruas, M. L. cita o não cumprimento de uma promessa que fez a um amigo doente. Este só foi ao hospital pela promessa de M. L. de visitá-lo no dia seguinte, promessa essa que não foi cumprida por causa da bebida. M.L não teve a oportunidade de rever esse amigo, por conta da sua morte, mas relata que essa culpa a persegue até hoje:

“[...] e ele só foi pro hospital por que eu disse a ele que no dia seguinte eu iria visita-lo. Só que no dia seguinte a bebida falou mais alto e eu não fui. Eu me arrependo até hoje. O olhar que ele me deu quando ele tava saindo, até hoje me persegue, digamos assim.”

Largar a bebida foi um aspecto relevante para que tornar sua vida mais funcional e produtiva, e sua personalidade “falante e inquieta” facilitou nessa busca, porém o impulso para tal decisão partiu do desafio de um companheiro. Quando questionada sobre o processo de saída das ruas:

“Me desafiaram. Disseram que eu não prestava pra nada. Tem 13 anos isso. Tinha um companheiro, um cambalacho, e ele achou que podia me recuperar, me levou pra um local, pra Mata de São João, fiquei 15 dias lá. De lá eu fugi, tomei todas.[...] Ai ele ficou uma semana sem me ver, quando ele me encontrou eu tava dormindo, beba, beba, beba, na porta de uma loja. Ai ele disse essa palavras pra mim; “Desisto! Você não serve pra nada.” Foi o clique que eu precisava. Levantei, liguei pra C., essa amiga minha, psicóloga. Pedi pra ela arranjar um centro de recuperação, to até hoje sem fazer uso de nada.”

Mais uma vez fica claro o quanto a singularidade, o potencial da pessoa, faz cada história ser única e diferente. M. L. teve oportunidade de fazer algumas mudanças em sua vida, e muito partiu de si mesma, do desafio, da sua inquietação, do seu desejo. Porém sem as possibilidades que emergiram do contato no campo, das relações estabelecidas com o outros, dos ajustamentos criativos provenientes da fronteira de contato no campo organismo/ambiente, nada seria possível.

E tudo isso não a fez sair do mundo das ruas, porque de algum modo isso faz parte dela até hoje. Ela modificou sua forma de viver, desfez-se da rua enquanto sua moradia e sustento, mas ainda estar presente nesse meio, lutando e possibilitando o novo para pessoas que vivem como ela viveu um dia. Atualizou-se seu ajustamento criativo.

Diário de campo: abertura de sentidos

A partir de uma vivência com alguns moradores de uma praça da cidade do Salvador podemos ampliar um pouco mais esta pesquisa. O momento da experiência de contato direto com pessoas que atualmente moram na rua foi muito especial e irá intensificar os diferentes sentidos sobre o tema, trazendo novos olhares que vão enriquecer essa pesquisa.

Na praça, aconteceu um almoço realizado por um grupo de cristãos de Salvador para os moradores de rua do local e dos arredores. Inicialmente alguns moradores ficaram meio desconfiados, meio distantes. Mas aos poucos foram se soltando. Cantando, dançando, conversando, orando. Demonstraram muita alegria e gratidão pelo momento.

Três semanas antes da culminância desse encontro alguns voluntários do grupo cristão fizeram contato com os moradores da praça, levando café da manhã bem cedinho para que os mesmos fossem se familiarizando com os visitantes.

Os próprios moradores se encarregaram de divulgar a festividade para os conhecidos que se alojam em locais próximos, uma vez que os mesmos residiam no Dique do Tororó, mas foram expulsos na época da Copa do Mundo no Brasil, onde Salvador foi sede. Foram reunidos entre 15 a 20 moradores e o mesmo número de voluntários num momento de descontração e

comunhão.

Os moradores se mostraram receptivos para conversarem e trocarem experiências. Demonstraram certo estranhamento com o toque, o fato de serem abraçados e tocados por pessoas diferente do grupo que fazem parte. Mas demonstraram alegria por tal acolhimento, não só pelo tato, mas principalmente pela disponibilidade de escuta que lhes foi oferecida.

A grande maioria das pessoas em situação de rua ali presente estava sobre o efeito de algum tipo de substância psicoativa, principalmente o álcool. Ouvimos relatos do desejo de parar com o abuso dessa droga, mudar de vida. Foi relatado mais uma vez as dificuldades de morar na rua, o quanto é difícil conviver com tantas adversidades e ainda com o preconceito social. Mas os motivos para chegarem até ali e o modo de encarar tal realidade são múltiplos.

Apesar de escutar e observar certo nível de sofrimento nessas pessoas, e o uso abusivo de drogas como forma de “fugir” dessa realidade, além de um distanciamento ou total abandono da família de origem, ficou nítido a existência de fortes vínculos entre os moradores, além de uma forma diferente de encarar a vida, com alegria, solidariedade e muita perseverança. Existe um impulso vital muito forte nessas pessoas, que apesar de passarem por inúmeras dificuldades, não foi observado que se colocam em uma posição de vitimização. Esse impulso vital pode ser equiparado à auto regulação organísmica. Esse impulso para vida é um impulso de conservação, de proteção e de busca pela satisfação de necessidades.

A necessidade de escuta se mostrou um aspecto importante nesta experiência. Apesar de inicialmente mostrarem-se distantes e desconfiados, com a aproximação foram se familiarizando e encontrando espaço para se expuser. E rapidamente construíram vínculos de confiança com as pessoas que ali estavam com a intenção de ajudá-los. E para os que se mostraram disponíveis para escutá-los, eles se entregaram a falar.

Podemos dizer que foi um momento de relação dialógica, onde a atitude eu-tu prevaleceu. Não existia distinção entre moradores e não moradores, eram simplesmente pessoas em um momento de troca, de crescimento. Embora existissem objetivos por trás daquela visita, tratava-se de uma vivência entre pessoas, conversando, comendo e se conhecendo.

Para ilustrar essa necessidade de escuta, podemos trazer um recorte importante dessa visita, através da seguinte fala:

“Já que você está me ouvindo, então agora eu vou falar.”

Essa vivência na rua; comendo, conversando, rindo, cantando, da maneira mais espontânea possível, possibilitou uma profundidade maior na compreensão sobre os moradores de rua. Embora, devido a questões burocráticas, não se pode tornar esse trabalho ainda maior, esse pequeno, mas grandioso momento de entrega, nos fez perceber o quanto, embora morando nas ruas, ali existem pessoas com suas dores e seus sabores. Pessoas que sofrem, como todas as outras, pessoas que tem defeitos, como todas as outras, mas também qualidades e muito a oferecer. A riqueza não estar no palpável, e sim nas vivências de cada ser humano, e só pode ser revelada através da relação.

DISCUTINDO E ARTICULANDO TEORIA E PRÁTICA

Ao longo dessa pesquisa, tanto em campo, em diálogos com alguns moradores, tanto na própria entrevista realizada com a ex-moradora de rua M. L., assim como em todos os referenciais bibliográficos; textos, pesquisas e documentários, fica claro a necessidade que os moradores têm de serem valorizados enquanto seres humanos.

A exclusão social, o preconceito e os estigmas que essas pessoas carregam, trazem à situação de rua um peso ainda maior. Não se trata apenas de uma luta pela sobrevivência do corpo, uma autorregulação organísmica, mas de ajustarem-se criativamente todos os dias para conviver com os maus tratos sociais, falta de políticas públicas eficazes, e, principalmente, a “coisificação” do olhar do outro.

O peso da decisão de morar na rua, que embora não seja considerada uma decisão consciente, é a melhor escolha que a pessoa pode fazer no seu momento existencial. Quando falamos de decisão aqui, estamos falando a partir de uma perspectiva da liberdade existencial, porém para os moradores de rua pesquisados, essa não é uma escolha, eles não decidem morar na rua, mas é algo que acontece como uma falta de opção.

Morar na rua se torna um fardo muito maior a partir do momento que se perde também a dignidade. A dignidade enquanto pessoas que estão ali proibidas de usufruírem dos seus direitos. M. L. relatou que um dos seus sonhos atualmente é que um dia os moradores de rua possam ser atendidos em postos de saúde, mesmo sem documentos.

A saúde é um princípio básico de sobrevivência e não pode ser negado a nenhum ser humano. É cabível questionarmos se são realmente necessárias tantas exigências burocráticas quando estamos tratando de vidas que precisam ser socorridas, e muitas vezes não são.

Com todas essas faltas e adversidades que a rua traz consigo é inevitável afirmar que tornar esse contexto moradia exige inúmeros ajustamentos criativos. Não basta adaptar-se ao meio, e suprir necessidades, mas recriar o que ali está, inovar. E isso fica explícito na fala de M. L.:

“Todos os dias a gente tinha que ter uma criatividade muito grande [...] Às vezes a gente precisava dormir em cima de uma marquise, quando tava acontecendo muita questão de espancamentos de moradores de rua. Então, a criatividade tinha que ser todos os dias.”

O agrupamento foi um ajustamento criativo muito funcional na história de M. L. O grupo lhe deu uma identidade, e tornou-se sua família. Todos se ajudavam nos momentos mais adversos, e o fato de ser um grupo, facilitou muitas adaptações, que talvez não pudessem ser feitas por apenas um. Por exemplo:

“[...] dia que um chegava passava pela feira de São Joaquim e encontrava algum pedaço de carne, conseguia uma carne, conseguia alguma coisa, ou um peixe. Trazia pro meio da roda, então ali era o nosso almoço do dia. A gente, cada um saía pra correr atrás de um tempero, uma água, uma lata pra poder cozinhar e a gente cozinhava ali todo mundo junto, comia todo mundo junto, né? Então era isso, isso eram as regras de sobrevivência a gente fazia.”

Sobre o contato com o outro como forma de transformação, Cardella (2014, p. 113) nos ensina que:

A vida humana é sempre vida de alguém, que acontece em meio aos outros. O outro, o diferente, o estranho, nos limita, desafia, contesta, desaloja, desarruma, e também confirma, testemunha, acolhe e se deixa transformar pelo nosso modo de ser. Paradoxalmente, nos faz outros para nós mesmos e possibilita que nos apropriemos do próprio.

Não há dúvidas de que o contato é transformador, e as relações trazem inúmeros impactos da vida do homem. Na história de M. L. podemos analisar isso em dois aspectos. Primeiro, os laços entre os moradores de rua, já citados acima, que fizeram parte da sua vida por muitos anos, e de algum modo fazem até hoje. A convivência com aquelas pessoas, que se tornaram sua família, foi transformadora na vida de M.L. Segundo suas palavras:

“[...] As pessoas que me ajudaram, que me transformaram no que eu sou hoje. Eu cheguei na rua com muito medo, eles me transformaram na guerreira que eu sou hoje em dia. Me ensinaram a não ter medo. A não ter vergonha da minha história de vida. A me importar com o outro. Sabe? Eles me transformaram em ser humano.”

A profundidade dessas palavras nos aponta o quanto a experiência de morar na rua tomou outra conotação a partir das relações que ali foram criadas. O morar na rua teve um sentido, de ressignificação, de construção e transformação. O que fez com que, mesmo saindo dessa situação de risco, M. L. carregasse o sentimento de gratidão por aqueles que passaram por sua vida, e não os abandonasse, retribuindo todo seu amor, generalizando para todos os moradores de rua, lutando por eles, dando-lhes a possibilidade de conhecerem algo novo, conhecendo seus direitos.

Em segundo lugar, e não menos importante, podemos analisar esse contato transformador, direcionado para a relação de M. L., enquanto moradora de rua, e o resto da sociedade. O olhar de “coisificação” da sociedade para a pessoa em situação de rua, revelando uma atitude Eu-isto, onde aquele que encontra-se em vulnerabilidade é visto como objeto. Essa visão estigmatizada, e muitas vezes, refletida em atos de violência, também trouxe diversos impactos da vida de M. L. e na sua visão de mundo.

Inclusive, foi a indagação depreciativa de uma pessoa, que fez com que M. L. se sentisse desafiada e resolvesse procurar ajuda para largar as drogas. Mais um ajustamento criativo que surgiu a partir da relação direta com o outro. Talvez, seja até impossível não fazermos a ligação entre ajustamento criativo e o contato sempre. Pois o contato é criativo, emerge o novo. Sem as relações não há diferenciação, muito menos desenvolvimento.

M. L. demonstrou no seu discurso o quanto o ajustamento criativo é a junção de duas polaridades que se unem de maneira funcional. Quando diz que seu jeito “falante e inquieta” e sua característica de liderança, fez com que as pessoas lhe identificassem como uma pessoa importante para ajudar na militância a favor da população de rua. E então ela faz esse ajustamento no seu modo de vida, saindo das ruas, mas utilizando do seu potencial em favor dessa população.

Cardella (2014, p. 115) afirma que:

O processo de ajustamento criativo implica, então, agressão e destruição, para nos apoderarmos das velhas estruturas e alterá-las, para assimilá-las. Não é negar as velhas estruturas, mas ser capaz de transformá-las, tornando-as singularizadas, vivas e presentificadas.

A ideia trazida pela autora caracteriza bem o ajustamento feito por M. L na sua mudan-

ça de moradora de rua para não moradora, mas militante do Movimento População de rua. Ela transforma a partir de elementos que já possui, de características que são suas, consegue potencializá-las e fazer um uso funcional disso, em detrimento de um benefício maior, de um todo maior, e não apenas próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descobrimos uma história, e as inúmeras possibilidades e sentidos que essa história pode possuir, a tornando única e também parecida com várias outras. Morar na rua, certamente, é um ato de dificuldades e enfrentamento, que se diferencia das de uma vida comum, dita “normal”. A falta da segurança de um “lar” exacerba a condição de vulnerabilidade, riscos e situações adversas.

A situação de rua exige e potencializa a necessidade de ajustar-se criativamente. As adversidades presentes nesse contexto fazem com que as pessoas para ali vivem tenham que estar em constantes mudanças, transformações, exercendo diariamente a criatividade. A proatividade do morador de rua existe como uma forma de sobrevivência, e o grupo é uma possibilidade de facilitar esse modo de viver, o tornando mais funcional.

O grupo de moradores de rua se fortalece enquanto grupo, tornando-se uma família. Identificam-se pelo momento de vida semelhante, se acolhem e se fortalecem, cria-se no grupo uma rede de proteção. Podemos pensar que o agrupamento é também um ajustamento criativo, enquanto um modo funcional de sobreviverem perante a situação adversa.

Revelou-se também nesse trabalho, o quanto é grave e preocupante a visão da sociedade para com os moradores de rua. Seja a negligência do resto da população, ou a agressividade da mesma, suas consequências trazem um forte impacto na vida dessas pessoas, influenciando nas suas formas de ser no mundo. Alinhado a essa temática temos a falta de políticas públicas que deem conta dessa questão social, que ignora a lei de direitos humanos, e deixa milhares de pessoas vivendo à margem dos seus direitos.

As instituições que se propõem a acolher pessoas em vulnerabilidade também é algo a problematizar, a partir do momento que não cumprem com o que se disponibilizam. Sendo a falta de estrutura e os maus tratos vivenciados em uma instituição o motivo da ida para as ruas, pelo sujeito de estudo dessa pesquisa, surge a reflexão sobre o tema. O que está por traz do mal atendimento nessas instituições, sejam elas públicas ou privadas? Será que esse é um fato unânime? Que mudanças poderiam ser feitas diante essa realidade?

Por isso ressalvo que alguns objetivos dessa pesquisa foram alcançados, mas outros tornaram-se figura. Conseguimos compreender e descrever como se dão alguns ajustamentos criativos feitos ao morar na rua, compreendermos uma vivência da situação de rua, como se davam as relações interpessoais e as relações sociais. Porém outras figuras emergiram, como a questão da institucionalização e das políticas públicas voltadas para essas pessoas.

É importante ressaltar mais uma vez que essa pesquisa revelou um pouco de apenas uma história de vida, e que dessa história surgem coisas ímpares, como por exemplo, a superação da situação de risco social. Podemos questionar, porém, que nem todos os moradores de rua conseguem fazer um uso funcional das suas potencialidades e sair das ruas, e que outros

podem nem ter esse desejo.

Porém, isso não muda a relevância desse estudo, como mais uma tentativa de dar visibilidade ao que é marginal. Tornando figura o que para muitos é fundo. Reafirmando a riqueza que possui a vida humana, as histórias dessas vidas, com seus distintos e subjetivos sabores. Abrem-se outras gestalts, outras indagações, outras buscas. Conhecer, pesquisar vidas humanas, deixando desvelar-se nunca é suficiente, é uma aventura sem fim.

REFERÊNCIAS

CIORNAI, Selma. Relação entre criatividade e Saúde na Gestalt Terapia. 2009. Disponível em: http://www.nuted.ufrgs.br/objetos_de_aprendizagem/2009/criativas/midioteca/modulo_1/Criatividade%20na%20perspectiva%20da%20Gestalt.pdf

LUCCA, Fernando de. Auto-regulação orgânica. IN: D'ACRI, Gladys; LIMA, Patricia; ORGLER, Sheila. Dicionário de Gestalt-terapia: "Gestaltês". 2. Ed. São Paulo. Revista e ampliada. Summus, 2012

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua*. São Paulo. Universidade São Marcos. Psicologia e Sociedade; 16 (2): 47-58; maio/ago. 2004.

VISÃO DO HOMEM. Disponível em: http://www.dialogico.com.br/visao_do_homem.php (Acesso em 13/05/2014, às 15:50)

VALENCIO, Norma Felicidade, et. al. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. RBSE, v. 7, n. 21, João Pessoa, GREM, dez 2008 – ISSN 1676-8965

SANTOS, Nenrod Douglas de Oliveira. Metodologia Científica. Curitiba: Aymará, 2008.

DOCUMENTO Oficial Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.humanrights.com/pt/what-are-human-rights/universal-declaration-of-human-rights/articles-21-30.html> (Acessado em 04/09/2014 às 16:00)

AGUIAR, Luciana. Gestalt-terapia com crianças: Teoria e Prática. Ed. Summus. 2013

ALVES, J.A.Lindgren. A declaração dos direitos humanos na pós-modernidade. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25499-25501-1-PB.pdf> (Acessado em 26/09/2014 às 09:34)

CARDELLA, Patricia Helena P. Ajustamento criativo e hierarquia de valores ou necessidades. IN: FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. Gestalt-terapia: conceitos fundamentais. 1. Ed. – São Paulo : Summus, 2014. (Gestalt-terapia : fundamentos e práticas; 2)

LIMA, Patricia Valle de A. Auto-regulação orgânica e homeostase. IN: FRAZÃO, Lilian Meyer; FUKUMITSU, Karina Okajima. Gestalt-terapia: conceitos fundamentais. 1. Ed. – São Paulo : Summus, 2014. (Gestalt-terapia : fundamentos e práticas; 2)

YONTEF, Gary M. Awareness, Dialogue e Process. Essays on Gestalt Therapy Copyright. 1993. Tradução: STERN, Eli. Coordenação da edição e revisão técnica: FRAZÃO, Lilian Meyer. Ed. Summus. São Paulo.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. Psicologia fenomenológica: fundamentos, métodos e pesquisas. São Paulo; Pioneira; 1993.

ANGERAMI, Valdemar Augusto, revisão técnica; TORRES, André Roberto R. Psicoterapia existencial. 4. Ed. rev. – São Paulo; Thonson Learning Brasil, 2007

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. Gestalt-terapia. Summus, São Paulo 1997.

BRUNS, Maria Alves de T. e HOLANDA, Adriano F. Psicologia e Fenomenologia: Reflexões e Perspectivas. Ed. Alínea. São Paulo, 2003.

VENTURA, Magda M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. Rev SOCERJ; p. 383-386, 2007

APÊNDICE

Questionário de entrevista (Entrevista realizada no dia 02/10/2014)

- 1) Como você chegou a decisão de morar nas ruas?
- 2) Quais são as maiores dificuldades de morar na rua? O que você fazia para lidar com essas dificuldades?
- 3) Você considera que foi criativo em alguma situação desafiadora que ocorreu na rua? Qual(is)?- De que modo?
- 4) O que você aprendeu morando na rua? De que forma isso interfere na sua vida atual?
- 5) Você se arrepende de algo? O que?
- 6) Como se dava sua relação com demais moradores de rua?
- 7) Como foi o processo de saída das ruas?
- 8) Como foi a descoberta do Movimento População de rua e quais são suas percepções sobre este projeto?
- 9) Quais as suas percepções políticas hoje em relação a este problema social?
- 10) Quais suas expectativas futuras, em geral? O que é que você almeja alcançar?
- 11) Qual sua visão de mundo hoje? E como era enquanto moradora de rua?
- 12) Quais suas expectativas em relação a essa pesquisa?